

ATA DE REUNIÃO (nº 272)

1
2 Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em
3 cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e
4 alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de
5 videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima,
6 CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique
7 Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro
8 (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato
9 Bartolomei (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV III) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10
10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS
11 DIRIG III). A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da ata
12 de reunião anterior; III - Atendimento dos profissionais da Consultoria de
13 Investimentos; IV - Atendimento de profissionais de instituições financeiras (BTG
14 Pactual e outros se houver); V – Avaliação de novos produtos (se houver); VI -
15 Deliberação sobre credenciamentos solicitados (Caixa Br FIC Classe FIF RF
16 Referenciado DI LP Resp Ltda e outros se houver).** A coordenadora do Comitê de
17 Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, cumprimentou a todos e deu início aos
18 trabalhos. Informou que, em razão das diligências realizadas pelos servidores e da elevada
19 demanda de atividades ao longo da semana anterior, não havia sido possível concluir as atas
20 pendentes para apreciação naquela reunião, esclarecendo que os documentos seriam
21 submetidos à aprovação na próxima reunião ordinária, comprometendo-se a coordenação a
22 concluí-los em tempo hábil. Na sequência, **os membros atenderam os Srs. Marcos
23 Almeida e Petroitelli Panfiete da LDB/i9 advisory.** Durante as considerações iniciais,
24 Patrícia Nato Toninato Bartolomei comentou que os mercados vinham registrando
25 expressiva volatilidade em decorrência da queda observada na bolsa de valores e da
26 desvalorização dos ativos marcados a mercado. O Sr. Marcos Almeida observou que o
27 ambiente permanecia pressionado pelas incertezas do cenário internacional, especialmente
28 pela intensificação dos conflitos geopolíticos, fatores que continuavam influenciando
29 negativamente o comportamento dos mercados financeiros. Na continuidade da discussão,
30 Patrícia Nato Toninato Bartolomei lembrou que, durante reuniões anteriores com gestores,
31 havia sido questionado o desempenho de fundos de ações voltados para empresas de menor
32 capitalização, oportunidade em que lhes foi explicado que a valorização observada no
33 Ibovespa concentrava-se principalmente nas empresas de maior peso no índice, enquanto as
34 small caps ainda não haviam apresentado recuperação equivalente. O Sr. Marcos Almeida
35 corroborou essa avaliação, acrescentando que a recente valorização da bolsa brasileira
36 decorrera, em grande medida, do ingresso de capital estrangeiro, concentrado em empresas
37 de elevada liquidez e grande representatividade no índice, especialmente dos setores
38 financeiro, de mineração e petróleo, sem que houvesse, naquele momento, melhora
39 significativa dos fundamentos da economia brasileira. Ressaltou, ainda, que indicadores
40 como o elevado número de recuperações judiciais e o aumento da inadimplência reforçavam
41 a percepção de fragilidade econômica, indicando que o movimento observado decorria
42 predominantemente do fluxo de recursos externos. Na sequência, Patrícia Nato Toninato
43 Bartolomei destacou que, embora no início do ano os investimentos no exterior tivessem
44 contribuído negativamente para o desempenho da carteira, a estratégia de manter exposição

45 internacional mostrou-se adequada, tendo em vista que esses ativos recuperaram as perdas
46 acumuladas ao longo do ano e passaram a exercer importante papel na sustentação da
47 rentabilidade do portfólio. O Sr. Marcos Almeida observou que o mercado internacional
48 continuava demonstrando elevada resiliência, apesar do ambiente inflacionário, enquanto o
49 cenário doméstico permanecia marcado por taxas de juros elevadas e sucessivas revisões das
50 expectativas para a taxa Selic, circunstâncias que mantinham a renda fixa em posição
51 favorável e justificavam a elevada participação dessa classe de ativos na carteira do Instituto.
52 Em seguida, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou os representantes da consultoria
53 acerca do comportamento observado entre os investidores institucionais diante do cenário
54 econômico. Em resposta, o Sr. Petrotielli Panfiete explicou que a persistência das pressões
55 inflacionárias, tanto no cenário internacional quanto no ambiente doméstico, aliada às
56 incertezas fiscais e ao adiamento das expectativas de redução das taxas de juros, havia
57 contribuído para a abertura das curvas de juros e para a perda de atratividade do mercado
58 acionário. Informou que, nesse contexto, a maior parte dos investidores institucionais optou
59 por manter elevada exposição a ativos indexados à taxa Selic, sem realizar aumentos
60 significativos de posição em renda variável. Esclareceu, ainda, que a recente valorização do
61 Ibovespa esteve fortemente associada ao ingresso de capital estrangeiro em empresas de
62 maior liquidez, movimento que pouco beneficiou fundos especializados em small caps e
63 estratégias de valor, os quais permaneceram com desempenho inferior ao índice.
64 Acrescentou que, com a reversão parcial desse fluxo estrangeiro, o mercado acionário voltou
65 a apresentar desempenho negativo, reforçando a cautela dos investidores e a preferência por
66 ativos de menor risco. Na sequência, o Sr. Marcos Almeida apresentou um panorama do
67 comportamento dos principais índices de mercado no encerramento do mês de maio.
68 Destacou que a abertura das curvas de juros provocou desvalorização dos títulos públicos de
69 prazo mais longo, refletida no desempenho negativo do índice IMA-B 5+, enquanto o CDI
70 permaneceu apresentando rentabilidade consistente, reforçando a importância da estratégia
71 adotada pelo Instituto de manter parcela significativa dos recursos em ativos de renda fixa de
72 curto prazo. Observou, ainda, que o Ibovespa registrou expressiva queda no mês,
73 devolvendo parcela relevante dos ganhos acumulados anteriormente, ao passo que o índice
74 de small caps apresentou retração menos intensa, embora continuasse acumulando
75 desempenho inferior ao mercado em horizontes mais longos. Também ressaltou que os
76 investimentos internacionais voltaram a contribuir positivamente para o desempenho da
77 carteira, especialmente em razão da valorização cambial observada nos meses mais recentes.
78 Prosseguindo, o Sr. Marcos Almeida apresentou a distribuição dos recursos por classe de
79 ativos, destacando que aproximadamente 77,5% da carteira permaneciam alocados em renda
80 fixa, cerca de 10% em renda variável, pouco mais de 3% em investimentos no exterior e
81 aproximadamente 9% em investimentos estruturados. Observou que essa composição havia
82 permanecido praticamente inalterada em relação ao mês anterior, sendo a principal alteração
83 decorrente da aquisição de novo título público indexado ao IPCA, realizada no mês anterior,
84 reforçando a estratégia de captura de taxas superiores à meta atuarial. Ao detalhar a
85 composição da renda fixa, o Sr. Marcos Almeida informou que a maior parcela dos recursos
86 permanecia investida diretamente em títulos públicos federais, correspondendo a mais de
87 63% do patrimônio do segmento, complementada por fundos exclusivos de títulos públicos,
88 fundos tradicionais de renda fixa e letras financeiras. Destacou que a renda fixa apresentou

89 rentabilidade de aproximadamente 1,09% no mês e acumulava retorno superior a 5,6% no
90 exercício, mantendo elevada previsibilidade e contribuindo de forma significativa para o
91 cumprimento da meta atuarial. Em seguida, o Sr. Marcos Almeida apresentou a rentabilidade
92 consolidada da carteira, esclarecendo que os resultados ainda possuíam caráter preliminar em
93 razão dos ajustes pendentes. Informou que a carteira registrava retorno aproximado de
94 1,33% no mês, equivalente a ganho financeiro próximo de R\$ 9,5 milhões, enquanto o
95 resultado acumulado no exercício alcançava aproximadamente R\$ 38 milhões. Destacou que
96 a rentabilidade permanecia superior ao patamar médio necessário para o atingimento da meta
97 atuarial, mesmo diante da manutenção de elevados índices de inflação e da consequente
98 elevação da meta nominal. Na sequência, apresentou a análise de liquidez da carteira,
99 informando que todos os ativos permaneciam compatíveis com as necessidades de fluxo de
100 caixa do Instituto, preservando plenamente a capacidade de cumprimento das obrigações
101 previdenciárias. Também demonstrou os indicadores de risco previstos na Política de
102 Investimentos, incluindo os limites de Value at Risk (VaR), esclarecendo que todos os
103 segmentos da carteira permaneciam confortavelmente enquadrados dentro das tolerâncias
104 estabelecidas, evidenciando adequada gestão dos riscos. Ao final da apresentação, o Sr.
105 Marcos Almeida colocou-se à disposição dos membros do Comitê para esclarecimentos
106 adicionais e parabenizou o Instituto pelos resultados alcançados, ressaltando que o
107 desempenho observado permanecia alinhado às expectativas discutidas nas reuniões
108 anteriores. Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou uma dúvida relacionada aos
109 recursos provenientes dos aportes previdenciários iniciados naquele exercício, os quais
110 vinham sendo aplicados em fundo referenciado no IRF-M em razão da expectativa de
111 redução da taxa Selic. Observou, contudo, que o mercado vinha revisando essa expectativa e
112 questionou se seria conveniente substituir a estratégia por outra que proporcionasse maior
113 proteção para essa parcela dos recursos, destacando que o volume envolvido era reduzido.
114 Em resposta, o Sr. Marcos Almeida questionou qual era o horizonte de investimento
115 previsto para esses recursos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei esclareceu que se tratava de
116 valores que, por determinação legal, deveriam permanecer segregados por período mínimo
117 de cinco anos, razão pela qual possuíam horizonte de investimento de longo prazo. Diante
118 dessa informação, o Sr. Marcos Almeida avaliou que o fundo referenciado no IRF-M ainda
119 apresentava prêmio atrativo, apesar das oscilações observadas no curto prazo decorrentes da
120 manutenção das taxas de juros em níveis elevados. Ressaltou, entretanto, que outra
121 alternativa igualmente interessante seria a aquisição direta de títulos públicos indexados ao
122 IPCA, tendo em vista que tais ativos proporcionavam proteção contra a inflação e
123 apresentavam taxas reais consideradas bastante atrativas. Concluiu que ambas as estratégias
124 possuíam prêmios relevantes e poderiam atender adequadamente ao objetivo de longo prazo.
125 Patrícia Nato Toninato Bartolomei acrescentou que, em razão da necessidade de manter
126 esses recursos segregados, a utilização de fundos específicos facilitava o controle operacional,
127 evitando a mistura desses valores com outros recursos do patrimônio do Instituto, situação
128 que ocorreria caso fossem adquiridos títulos públicos diretamente, especialmente em razão
129 do recebimento periódico de cupons. Finalizadas as dúvidas o atendimento foi encerrado.
130 Em seguida, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou a atualização referente ao
131 credenciamento do fundo Caixa DI. Informou que havia solicitado à LDB Consultoria
132 Financeira a elaboração de nova análise técnica em razão das alterações promovidas na

133 estrutura do fundo, que passou a adotar o modelo master-feeder, permitindo que a
134 verificação dos limites regulamentares fosse realizada com base no patrimônio líquido do
135 fundo master. Esclareceu que anteriormente existiam dúvidas quanto à aceitação dessa
136 estrutura pela Secretaria de Previdência, mas que tais questionamentos haviam sido
137 solucionados. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou, ainda, que solicitara
138 complementações ao relatório elaborado pela LDB Consultoria Financeira, requerendo a
139 inclusão da classificação de risco dos emissores dos ativos integrantes da carteira do fundo,
140 especialmente das letras financeiras e demais ativos de crédito privado. Relatou que a
141 consultoria promoveu os ajustes solicitados, demonstrando que a maior parte dos ativos
142 possuía classificação de risco AAA e que os emissores encontravam-se predominantemente
143 enquadrados nas categorias S1 e S2, havendo apenas pequena participação de instituições
144 classificadas como S3, em percentual inferior aos limites estabelecidos na Política de
145 Investimentos do Instituto e na Resolução CMN nº 5.272/2025, conforme demonstrado no
146 parecer técnico apresentado pela consultoria. Registrou, ainda, que a conclusão do parecer
147 técnico foi favorável, atestando, mediante parecer técnico datado e arquivado no processo,
148 que o fundo se encontrava integralmente enquadrado tanto na Resolução CMN nº
149 5.272/2025 quanto na Política de Investimentos vigente. Na sequência, Patrícia Nato
150 Toninato Bartolomei propôs ao Comitê reavaliar a estratégia de aplicação dos novos aportes
151 previdenciários. Recordou que, em razão do desenquadramento anteriormente existente no
152 fundo Caixa DI, havia sido deliberada a utilização temporária do fundo referenciado no IRF-
153 M 1 para recebimento dos novos recursos. Contudo, considerando que o Caixa DI voltara a
154 atender integralmente aos requisitos regulamentares e após análise comparativa de
155 desempenho em diferentes horizontes temporais, observou que, conforme estudo
156 comparativo apresentado, o Caixa DI apresentava, na maior parte das janelas analisadas,
157 rentabilidade ligeiramente superior, ressalvado que o fundo referenciado no IRF-M 1
158 mantém prêmio adicional para horizontes superiores a três anos, o que foi ponderado pelos
159 membros. Informou, ainda, que o saldo remanescente aplicado no Caixa DI era reduzido,
160 enquanto o fundo IRF-M 1 concentrava atualmente a maior parte dos recursos, inclusive
161 aqueles provenientes de recentes resgates e compensações previdenciárias. Dessa forma, **os**
162 **membros deliberaram, por unanimidade, pela atualização do credenciamento do**
163 **fundo CAIXA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE CLASSE**
164 **DE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA**
165 **REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESPONSABILIDADE LIMITADA,**
166 **CNPJ: 03.737.206/0001-97, com encaminhamento para referendo pelo CMP.** Na
167 sequência, **os membros atenderam a Sra. Mariana Barcelos e do Sr. Eduardo Leal do**
168 **Banco BTG Pactual SA.** Após cumprimentos iniciais, a Sra. Mariana Barcelos apresentou o
169 Sr. Eduardo Leal, gestor responsável pelos fundos indexados e ETFs administrados pela
170 instituição, incluindo o fundo S&P 500 do qual o Instituto era cotista. Esclareceu que o
171 objetivo da reunião era apresentar o funcionamento dos Exchange Traded Funds (ETFs) e,
172 em especial, a alternativa oferecida pelo BTG Pactual para atendimento às exigências da
173 Resolução CMN nº 5.272/2025. Explicou que o fundo S&P 500 atualmente utilizado pelo
174 Instituto possuía aproximadamente 80% de seu patrimônio constituído por recursos de
175 RPPS, ultrapassando o limite regulamentar de 50%, razão pela qual a instituição vinha
176 oferecendo, como alternativa para novos aportes ou reenquadramento das carteiras, um ETF

177 referenciado no mesmo índice S&P 500, disponível nas modalidades com e sem proteção
178 cambial. Informou que, antes de detalhar o produto específico, seria realizada uma
179 apresentação sobre o funcionamento geral dos ETFs, abrangendo tanto produtos de renda
180 variável quanto de renda fixa. Em seguida, o Sr. Eduardo Leal apresentou os conceitos
181 fundamentais relacionados aos ETFs. Explicou que esses produtos consistiam em fundos de
182 investimento indexados, negociados em bolsa de valores, cujo objetivo era reproduzir o
183 desempenho de um índice previamente definido. Destacou que os ETFs possuíam liquidez
184 diária e eram amplamente difundidos no mercado norte-americano, onde já representavam
185 parcela superior à dos fundos tradicionais de investimento. Relatou que esse crescimento
186 havia sido impulsionado, sobretudo, após a crise financeira de 2008, quando os investidores
187 passaram a valorizar produtos com maior transparência e menores custos de administração.
188 O Sr. Eduardo Leal ressaltou que os ETFs possuíam estrutura operacional bastante
189 transparente, uma vez que a composição integral da carteira era divulgada diariamente aos
190 investidores, além de apresentarem taxas de administração significativamente inferiores às
191 praticadas pelos fundos tradicionais de gestão ativa. Na sequência, apresentou dados
192 demonstrando o crescimento do mercado de ETFs no Brasil, destacando que o patrimônio
193 líquido dessa indústria havia apresentado forte expansão nos últimos anos, evidenciando o
194 aumento da aceitação desses produtos pelos investidores. Acrescentou que estudos
195 comparativos internacionais demonstravam que, em horizontes de longo prazo, a maior
196 parte dos gestores ativos não conseguia superar o desempenho dos respectivos índices de
197 referência, reforçando a atratividade das estratégias passivas implementadas por meio de
198 ETFs. Prosseguindo, o Sr. Eduardo Leal explicou que uma das principais vantagens dos
199 ETFs consistia na possibilidade de proporcionar ampla diversificação com baixo custo
200 operacional, permitindo ao investidor obter exposição a setores econômicos específicos ou a
201 índices amplos de mercado sem a necessidade de selecionar individualmente os ativos.
202 Destacou, ainda, que esses produtos apresentavam elevada transparência, simplicidade
203 operacional e facilidade de negociação. A Sra. Mariana Barcelos complementou que, no caso
204 específico do ETF referenciado no S&P 500 apresentado ao Instituto, a taxa de
205 administração era equivalente à do fundo atualmente utilizado pelo RPPS, inexistindo
206 aumento de custos decorrente da eventual substituição. Esclareceu também que, embora os
207 ETFs fossem negociados em bolsa de valores, a operacionalização das aplicações por
208 investidores institucionais ocorria de forma semelhante à aquisição de fundos tradicionais,
209 sendo toda a execução realizada pelo BTG Pactual mediante o envio das ordens pelo
210 Instituto. Na sequência, o Sr. Eduardo Leal apresentou o funcionamento operacional dos
211 ETFs, esclarecendo que esses produtos operavam simultaneamente nos mercados primário e
212 secundário. Explicou que, quando inexistiam vendedores ou compradores suficientes no
213 mercado secundário, entrava em atuação a figura do market maker, responsável por
214 assegurar a liquidez do produto mediante a criação ou o resgate de cotas, utilizando os ativos
215 que compunham a carteira do índice de referência. Destacou que esse mecanismo impedia o
216 descasamento entre o valor patrimonial do ETF e seu preço de negociação em bolsa,
217 garantindo que a cotação permanecesse sempre alinhada ao valor dos ativos subjacentes. Na
218 sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou se, no caso dos ETFs, também
219 seria necessário observar o limite máximo de participação de recursos provenientes de RPPS
220 no patrimônio do fundo. Em resposta, a Sra. Mariana Barcelos explicou que essa questão

221 ainda se encontrava em discussão junto aos órgãos reguladores. Esclareceu que, por se tratar
222 de ativos negociados em bolsa de valores, os gestores e administradores não possuíam acesso
223 integral à identificação dos investidores detentores das cotas, uma vez que as negociações
224 podiam ser realizadas por intermédio de diversas instituições financeiras e corretoras, sendo
225 preservado o sigilo cadastral dos investidores. Informou que esse tema integrava o grupo de
226 trabalho responsável pela discussão da regulamentação referente ao limite de 50% de
227 participação de RPPS nos fundos de investimento e que, até aquele momento, não existia
228 exigência operacional para esse controle. Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou se a
229 posição dos ETFs seria apresentada juntamente com os demais investimentos no extrato
230 consolidado da instituição. A Sra. Mariana Barcelos respondeu afirmativamente,
231 esclarecendo que os ativos permaneceriam registrados na mesma conta do Instituto, sendo
232 toda a operacionalização realizada internamente pelo BTG Pactual. Acrescentou que o
233 Comitê não precisaria se preocupar com os procedimentos relacionados ao mercado
234 secundário ou à atuação do market maker, uma vez que tais atividades eram conduzidas
235 integralmente pela instituição financeira. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
236 questionou se a taxa de administração do ETF era equivalente à do fundo atualmente
237 utilizado e se haveria apenas a incidência das taxas adicionais relacionadas à negociação e
238 custódia na B3. A Sra. Mariana Barcelos confirmou que a taxa de administração permanecia
239 em 0,20% ao ano, equivalente à do fundo existente, esclarecendo que os custos adicionais
240 restringiam-se às tarifas operacionais da B3, cujos valores eram reduzidos e variavam
241 conforme critérios definidos pela própria bolsa. Patrícia Nato Toninato Bartolomei também
242 questionou se essas cobranças seriam discriminadas no extrato e se seria necessário manter
243 saldo disponível para seu pagamento. A Sra. Mariana Barcelos respondeu afirmativamente,
244 informando que tais valores seriam demonstrados de forma individualizada e debitados
245 diretamente da conta do Instituto. Acrescentou, ainda, que os ETFs de renda variável
246 possuíam liquidez em D+2, enquanto os ETFs de renda fixa apresentavam liquidez em
247 D+1. Sem mais questionamentos, a Sra. Mariana Barcelos e o Sr. Eduardo Leal agradeceram
248 a oportunidade de participar da reunião, colocaram-se à disposição para futuros
249 esclarecimentos e despediram-se dos membros do Comitê. Os membros consignaram que a
250 apresentação teve caráter informativo e que eventual adesão ao produto dependerá de
251 parecer técnico prévio da consultoria de investimentos, verificação de enquadramento à
252 Resolução CMN nº 5.272/2025 e à Política de Investimentos vigente, bem como definição
253 de cronograma de reenquadramento do atual fundo S&P 500 do BTG Pactual, no qual a
254 participação de RPPS ultrapassa o limite regulamentar de 50%. Na sequência, Patrícia Nato
255 Toninato Bartolomei retomou a pauta referente aos fundos referenciados DI, informando
256 que, antes da apresentação do BTG Pactual, o Comitê havia aprovado o credenciamento do
257 novo fundo e discutia a eventual alocação dos recursos. Apresentou estudo comparativo
258 envolvendo os fundos Caixa Top Private e Caixa Topázio, ambos referenciados DI,
259 esclarecendo que o primeiro possuía estratégia de renda fixa geral, enquanto o segundo era
260 composto integralmente por títulos públicos. Observou que ambos apresentavam
261 desempenho bastante semelhante, embora houvesse pequenas diferenças de rentabilidade,
262 especialmente em determinados períodos. Destacou que, caso o Comitê entendesse
263 conveniente, seria possível promover o credenciamento desses produtos para futuras
264 aplicações, inclusive para eventual alocação dos recursos provenientes do imposto de renda,

ressaltando que, considerando um horizonte de investimento mais longo, os fundos atrelados ao IRF-M ainda apresentavam prêmio adicional incorporado. Por fim, Patrícia Nato Toninato Bartolomei observou que, embora um dos fundos analisados apresentasse taxa de administração inferior, ainda não vislumbrava vantagem suficiente para promover eventual substituição. Com isso, propôs que as novas contribuições passassem a ser alocadas diretamente no Caixa DI, destacando que o fundo apresentava desempenho ligeiramente superior no curto prazo e comportamento compatível com os objetivos do Instituto. Informou, ainda, que, conforme orientação constante do parecer técnico da consultoria e do disposto na Resolução CMN nº 5.272/2025, o enquadramento dos fundos deveria ser verificado sempre com base na posição existente no último dia útil do mês anterior, de modo que eventual desenquadramento futuro seria tratado como desenquadramento passivo, exigindo apenas os ajustes cabíveis no momento oportuno. **Dessa forma, após análises os membros deliberaram, por unanimidade, pela aplicação dos novos recursos previdenciários recebidos na CEF, inclusive recursos de COMPREV, no CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, mantendo-se a decisão até nova deliberação, alterando dessa forma a deliberação de 28/01/2026. Ainda, deliberaram, por unanimidade, pelo resgate de recursos para pagamento das despesas relativas aos benefícios previdenciários primeiramente do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, até desinvestimento total do fundo e, não havendo saldo suficiente, resgate do fundo CAIXA BRASIL RF REF DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97, mantendo-se a decisão até nova deliberação.** Dando continuidade à pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou sobre o recebimento de chamada de capital do fundo BTG Economia Real II, com liquidação prevista para 18/06/2026, no valor de R\$ 211.908,48, montante compatível com os limites de investimentos estruturados estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos vigente. Esclareceu que, conforme comunicado recebido, os recursos seriam destinados à realização de aporte adicional no Grupo Pulsa, ativo já integrante da carteira do fundo, bem como ao pagamento de despesas, sendo que, com essa chamada, seria concluído o investimento originalmente previsto naquela companhia. Observou que o BTG Economia Real II permanecia sendo o fundo de investimentos estruturados com menor ritmo de chamadas de capital e propôs que os recursos necessários fossem provenientes do IRF-M 1, fundo que já vinha sendo utilizado para as movimentações de caixa. Dessa forma, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela utilização de recursos disponíveis na conta corrente de benefícios da Caixa Econômica Federal, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização da 8ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II FIP MULTISTRATEGIA, CNPJ 44.172.951/0001-13.** Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei lembrou que permanecia pendente a deliberação anteriormente aprovada para **resgate do fundo Safra**

309 **Multidividendos**, destacando que, em razão da expressiva queda da cota e da alteração do
310 cenário de mercado, a operação não havia sido executada. Adriano Antônio Pazianoto
311 sugeriu a revogação da deliberação, considerando que o contexto de mercado havia mudado
312 substancialmente. Daniel Henrique Martins Biot concordou, observando que o cenário havia
313 se alterado de tal forma que o racional deixava de ser o resgate e passava a favorecer novas
314 aplicações no fundo. Diante disso, Patrícia Nato Toninato Bartolomei propôs a **revogação**
315 **da deliberação anterior, mantendo o acompanhamento do mercado para eventual**
316 **nova análise futura, proposta que recebeu concordância dos presentes.** Na
317 continuidade da discussão, Adriano Antônio Pazianoto ponderou que, considerando a
318 alteração do cenário de mercado e o recuo dos preços dos ativos, seria oportuno reavaliar a
319 estratégia adotada para o segmento de renda variável, observadas as diretrizes da Política de
320 Investimentos e o horizonte de longo prazo da carteira. Daniel Henrique Martins Biot
321 concordou que essa seria a decisão mais racional sob a perspectiva de uma carteira particular,
322 embora ponderasse que, no âmbito do RPPS, também deveriam ser considerados aspectos
323 relacionados às metas atuariais e à condução da política de investimentos. Patrícia Nato
324 Toninato Bartolomei manifestou preocupação quanto ao volume expressivo de recursos que
325 seria necessário aplicar no fundo, considerando seu patrimônio líquido relativamente
326 reduzido. Os membros passaram então a analisar informações do fundo Safra
327 Multidividendos, verificando seu patrimônio líquido, a participação do Instituto no fundo e
328 sua situação de enquadramento. Daniel Henrique Martins Biot informou que a participação
329 do Riopretoprev correspondia a aproximadamente 2,41% do patrimônio do fundo. Adriano
330 Antônio Pazianoto questionou se o fundo encontrava-se desenquadrado, sendo informado
331 por Patrícia Nato Toninato Bartolomei que havia recebido comunicação recente indicando
332 que permanecia enquadrado. Patrícia Nato Toninato Bartolomei acrescentou que o fundo
333 vinha apresentando desempenho superior ao de produtos equivalentes. Mário José Piccarelli
334 de Castro ponderou que, considerando a representatividade do investimento do Instituto no
335 patrimônio do fundo, eventual novo aporte elevaria significativamente essa participação.
336 Patrícia Nato Toninato Bartolomei manifestou entendimento de que não seria prudente
337 destinar integralmente os recursos resgatados do Caixa Vinci Valor ao referido fundo,
338 ressaltando a necessidade de estudo mais aprofundado quanto às suas características e
339 enquadramento. Mário José Piccarelli de Castro observou que outros fundos da carteira,
340 como Tarpon e Guepardo, possuíam patrimônio investido superior e maior correlação com
341 o Ibovespa, entendendo que eventual alocação no fundo de dividendos poderia ser realizada
342 em patamar semelhante ao desses investimentos. Ao consultarem os rankings de
343 desempenho, Patrícia Nato Toninato Bartolomei verificou que o fundo apresentava
344 desempenho bastante satisfatório, figurando entre os melhores de sua categoria. Diante da
345 discussão, Daniel Henrique Martins Biot ponderou que não seria necessário direcionar a
346 integralidade dos recursos ao Fundo Safra Multidividendos, mas considerou razoável ampliar
347 sua participação na carteira. Mário José Piccarelli de Castro sugeriu eventual aporte da ordem
348 de R\$ 6 milhões, de forma a equiparar a exposição desse fundo à de outros investimentos
349 relevantes da carteira. Daniel Henrique Martins Biot concordou com a possibilidade,
350 ressaltando que, sob o aspecto técnico, o fundo justificava participação mais expressiva na
351 carteira do Instituto. Patrícia Nato Toninato Bartolomei lembrou, por fim, que, quando da
352 deliberação inicial pelo resgate, o entendimento do Comitê havia sido justamente preservar

esses recursos em aplicações de maior liquidez até a definição da estratégia mais adequada. Daniel Henrique Martins Biot ponderou que a estratégia inicialmente concebida consistia na realização de lucro, mas que, diante da alteração do cenário de mercado, passava a representar uma oportunidade de otimização da carteira mediante substituição por um fundo de melhor qualidade. Sugeriu, entretanto, que eventual realocação fosse realizada de forma parcial, inicialmente no montante aproximado de R\$ 4 milhões, podendo ser ampliada gradativamente conforme a evolução do mercado. Wilclem de Lazari Araújo observou que a estratégia se assemelhava a uma operação de curto prazo, aproveitando eventual recuperação das cotações para posterior realização dos ganhos, ressaltando que o fundo apresentava liquidez superior. Adriano Antônio Pazianoto manifestou entendimento de que, em algum momento, o mercado acionário brasileiro tenderia a recuperar os níveis anteriormente observados, destacando que, se o índice já havia alcançado patamares próximos de 200 mil pontos, seria razoável esperar sua recuperação no longo prazo, ainda que sujeita a oscilações. Mário José Piccarelli de Castro acrescentou que diversos estudos de mercado ainda indicavam que as ações brasileiras permaneciam negociadas abaixo de seus múltiplos históricos. Adriano Antônio Pazianoto ponderou que o mercado brasileiro possuía peculiaridades relacionadas ao elevado patamar das taxas de juros, fator que influenciava significativamente o comportamento dos ativos. Daniel Henrique Martins Biot mencionou, a título informativo, projeção divulgada por casa de análise de mercado indicando expectativa de recuperação do Ibovespa ao longo do segundo semestre. Adriano Antônio Pazianoto observou que eventual mudança positiva no cenário político e econômico poderia alterar substancialmente as perspectivas do mercado acionário, favorecendo uma valorização ainda mais expressiva. Mário José Piccarelli de Castro complementou que parcela relevante dos movimentos recentes da bolsa decorria principalmente do fluxo de capital estrangeiro, ressaltando que esse fluxo vinha sendo considerado relativamente consistente pelos analistas de mercado. Adriano Antônio Pazianoto acrescentou que os investidores estrangeiros frequentemente aproveitavam oportunidades de valorização no mercado brasileiro, realizando posteriormente seus lucros. Na sequência, Wilclem de Lazari Araújo questionou se a eventual alocação dos recursos seria suficientemente representativa para impactar positivamente o atingimento da meta atuarial ou, em sentido contrário, se poderia comprometer seu cumprimento caso o mercado permanecesse desfavorável. Daniel Henrique Martins Biot ponderou que o Comitê precisava distinguir a preocupação com o cumprimento da meta atuarial anual da necessidade de manter uma estratégia consistente de rebalanceamento da carteira. Wilclem de Lazari Araújo reconheceu que a proposta fazia sentido sob a perspectiva de longo prazo, mas ponderou que a meta atuarial era aferida anualmente e que o Comitê deveria avaliar cuidadosamente o risco envolvido. Patrícia Nato Toninato Bartolomei observou que, caso o único objetivo fosse minimizar a volatilidade e assegurar o atingimento da meta no curto prazo, a alternativa mais conservadora seria concentrar os recursos em aplicações referenciadas DI. Mário José Piccarelli de Castro complementou que, levada essa lógica ao extremo, toda a exposição em renda variável deveria ser reduzida, o que descaracterizaria a estratégia de diversificação da carteira. Entretanto, durante a própria reunião, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou ter recebido resposta da equipe do Banco Safra esclarecendo que o Fundo Safra Multidividendos encontrava-se desenquadrado em razão do limite regulamentar de

397 concentração de cotistas, não podendo receber novos aportes naquele momento. Diante
398 dessa informação, Adriano Antônio Pazianoto reconheceu que a alternativa anteriormente
399 debatida restava inviabilizada sob o aspecto regulatório. Daniel Henrique Martins Biot
400 observou que a discussão havia sido relevante por demonstrar que eventual alteração da
401 estratégia encontrava limitações também na legislação aplicável. Patrícia Nato Toninato
402 Bartolomei acrescentou que o desenquadramento provavelmente havia ocorrido
403 recentemente, em decorrência do ingresso de novos recursos no fundo. Os membros
404 consignaram que eventual participação observará integralmente a Política de Investimentos,
405 o Código de Ética e Conduta e as regras de governança adotadas pelo Instituto, ficando
406 condicionada à apresentação de parecer técnico prévio da consultoria de investimentos e à
407 verificação do enquadramento regulamentar do fundo à época da nova análise. **Por fim os**
408 **membros deliberaram, por unanimidade, pela revogação da deliberação de**
409 **27/04/2026, referente ao resgate parcial no valor de R\$ 1 milhão do fundo SAFRA**
410 **MULTIDIVIDENDOS PB FIF CIC AÇÕES RL, CNPJ: 02.097.252/0001-06.** Sem
411 mais assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato
412 Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim
413 assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por unanimidade, na reunião ordinária de
414 13/07/2026 (primeira reunião ordinária de julho de 2026).



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D201-B22D-57DA-7F58

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 14/07/2026 11:21:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 14/07/2026 12:37:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 14/07/2026 14:45:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 14/07/2026 17:08:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 23/07/2026 07:45:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/D201-B22D-57DA-7F58>